

1 Ata da 9ª (quinta) reunião ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas dependências do Salão de  
2 Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 28 de Setembro de 2016, com início às 19h30min. O Sr. Presidente do Conselho e  
3 também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, cumprimenta a todos os presentes, e convida dos Conselheiros da  
4 Comissão Executiva a tomar assento na Mesa Diretora dos trabalhos. Solicita que a Conselheira Márcia Niterói possa mediar a  
5 presente reunião. Procede-se com a inscrição de interessados para informes e assuntos gerais e, ato contínuo, passa-se então a  
6 apreciação do primeiro item da pauta: Informes e assuntos gerais. Conselheiro Milton Sanches sugere a inversão de pauta, para  
7 análise e deliberação primeiramente do item 05 da pauta no lugar do item 03. Colocada em votação, a inversão é aprovada por  
8 unanimidade. Conselheiro Luiz Fernando informa sobre o recebimento de documento formal do Conselho Nacional de Saúde, a  
9 respeito da realização, em novembro, do 7.º encontro nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador. Informa que  
10 foi cedido uma vaga ao Conselho de Saúde de Sorocaba, e outra vaga a membro da CIST Sorocaba. Versa a respeito das providências  
11 adotadas, para validação de todo o processo. Fala a respeito de reunião ocorrida na última sexta feira, informando os assuntos  
12 discutidos. Solicita desde já a inclusão em pauta de próxima reunião para organização de conferência municipal, a qual deve ocorrer  
13 antes de março de 2017. Fala, ainda, a respeito da realização de etapa municipal de Conferência de Vigilância. Sugere que se faça as  
14 duas conferências no mesmo dia, em períodos distintos (manhã e tarde). Versa sobre a forma de inscrições, de primeiro a trinta e  
15 um de outubro, mediante encaminhamento da ata da reunião da CIST até 30 de Setembro. Fala que ele próprio e o Conselheiro  
16 Alexandro já estiveram em reunião de nível estadual, na última sexta feira. Diz, ainda, que foi recebido formalmente o documento  
17 da ATL Sorocaba, solicitando representatividade na CIST e no Conselho. Sugere que a executiva pautar o assunto para discussão em  
18 reunião de plenária do Conselho. Solicita a validação dos nomes do Conselheiro Luiz Fernando Seidl – pela CIST, e Conselheiro  
19 Alexandro, pelo Conselho. Colocado em votação, foi aprovada por unanimidade. Conselheira Márcia Niterói informa que o Prefeito  
20 anunciou, recentemente, que a municipalidade realizou concurso público para médicos, alegando que os mesmos foram chamados  
21 e, em grande maioria, não assumiram seus cargos. Relata que possui familiares na lista de espera destes concursos, e que não foram  
22 chamados. Dr. Eduardo Vieira, presidente do Sindicato dos Médicos, alega que não é a primeira vez que o Sr. Prefeito adota medidas  
23 desta natureza. Diz entender que a intenção do atual governo é a de piorar o sistema público de saúde, para justificar a terceirização  
24 dos serviços públicos. Relata a exposição a que os médicos ficam expostos mediante tais informações inverídicas do Sr. Prefeito.  
25 Questiona ainda qual a garantia que os médicos da Santa Casa tem de que irão receber seus salários. O Sr. Presidente do Conselho e  
26 também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, versa que é de conhecimento de todos a atual situação financeira da Prefeitura, a qual  
27 não é escondida de ninguém. Esclarece que o Sr. Prefeito informou na rádio é um pouco diferente, alegando que o concurso público  
28 para médico seguiu critérios regulares, e que alguns médicos não foram aprovados em concurso; Dentre os que foram aprovados e  
29 chamados, nem todos efetivamente assumiram os cargos e, dentre os que assumiram, boa parte pediram exoneração  
30 posteriormente. Diz que tais atitudes justificam-se por diversos critérios, dentre os quais destacam-se o valor de salário de origem e  
31 as condições que terá para a realização de sua jornada, já que via de regra os médicos possuem outros vínculos. Esclarece que não  
32 existe, no momento, nenhum planejamento de se realizar novo concurso, já que o atual pode ser prorrogado por igual período.  
33 Refuta a informação de que a intenção do governo preza pela piora dos serviços para justificar terceirizações. Em relação a Santa  
34 Casa, especialmente em relação a pagamentos, diz que infelizmente a Secretaria da Saúde tem encontrado dificuldades para se  
35 realizar os repasses a todos os prestadores, e não somente a Santa Casa, em virtude da crise financeira atual. Via de regra, os  
36 repasses ocorrem, embora com algum atraso. Fala que a municipalidade tem buscado recursos, mas as demais esferas também  
37 encontram-se em iguais dificuldades orçamentárias. Versa sobre as notícias veiculadas pela imprensa, que dão conta destas  
38 dificuldades, sendo que muitos municípios e até alguns Estados já não conseguem mais honrar com seus compromissos mais  
39 básicos, tal como pagamento de salário de seus servidores, caminhando para um cenário de declaração de calamidade pública.  
40 Conselheira Márcia agradece as informações, e solicita que o conselho esteja mais sensível as questões de saúde pública que  
41 envolvem as pessoas idosas, os quais tem sofrido com a demora no atendimento na rede pública municipal. Sra. Lucila, ex-  
42 conselheira municipal de saúde, cumprimenta o Sr. Aílton Ribeiro, desejando sorte em sua gestão a frente da Secretaria da Saúde, e

43 coloca-se a disposição do Sr. Secretário para o que se fizer útil. Relata que o Jornal Cruzeiro do Sul noticiou aumento de casos de HIV  
44 na cidade de Sorocaba. Informa que esteve reunida com a equipe do SAME e CTA, e estão planejamento a realização, em parceria  
45 entre a GEPASO e a municipalidade, de campanha duradoura para prevenção destes casos. Fala da campanha pontual a ser realizada  
46 no dia 1.º de Dezembro, para a qual também será apresentado a Secretaria um projeto de ação. O Sr. Presidente do Conselho e  
47 também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, diz que tão logo foi publicada esta notícia, esteve reunida com a Dra. Viviane,  
48 coordenadora do programa DST/AIDS, já para programar ações neste sentido proposto pela Sra. Lucila, e que a parceria obviamente  
49 será bem-vinda. Conselheiro Milton Sanches deseja boas-vindas ao novo Sr. Secretário, e desejo de boa gestão. Questiona a respeito  
50 do Edital de Chamamento para a contratação dos Serviços de Saúde Mental. Questiona, ainda, a respeito da situação da Santa Casa,  
51 haja vista que a requisição está se findando, bem como o atual governo. Informa que haveria uma reunião na data de hoje com a  
52 Comissão de Gestão da Santa Casa, mas que esta foi cancelada. Pergunta, então, qual a atual situação sobre a Santa Casa. O Sr.  
53 Presidente do Conselho e também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, informa que o Edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas,  
54 em virtude de ausência da publicação da minuta do Edital, bem como em relação do prazo de publicação do referido edital, uma vez  
55 que a equipe técnica entendia que o prazo legal seria de 15 dias, e houve questionamento a respeito de que a divulgação deva ser,  
56 no mínimo, 30 dias. Conselheiro Milton Sanches questiona se houve interessados no Edital, sendo respondido pelo Sr. Aílton de que,  
57 como a suspensão ocorreu antes da abertura das propostas, tal informação resta prejudicada, pois somente nesta data os  
58 interessados formalmente se apresentariam, dentro das normas legais. Em relação a Santa Casa, informa que estão sendo tomadas  
59 providências com cautela, em relação a se proceder com a devolução da Santa Casa a quem de direito e, em momento contínuo, já  
60 se programar a contratualização da entidade, que é de vital importância ao município. Lembra que já houve a destituição da  
61 Diretoria anterior da irmandade, e que tão logo esta seja recomposta, as tratativas avançarão, e que isto deve se dar em breve.  
62 Conselheiro Sr. Márcio, também integrante do SINTARESP, questiona a respeito do processo emergencial realizado para prestação de  
63 serviços de raio-x na rede de urgência e emergência, em especial em razão de fusão de empresa e seu valor. O Sr. Presidente do  
64 Conselho e também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, diz compreender por fusão de empresas uma condição prevista na  
65 legislação nacional, sendo comum que ocorra entre empresas dentro do mesmo mercado de atuação. Conselheiro Márcio questiona  
66 como a empresa contratada, mediante fusão com empresa penalizada pela Prefeitura, oferece o segundo menor preço e é  
67 contratada emergencialmente. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, sugere que o  
68 Conselheiro Márcio possa fazer este questionamento por escrito, mas que já pode, inclusive, adiantar superficialmente o ocorrido,  
69 esclarecendo que a empresa prestadora dos serviços até então se recusou a proceder com a prorrogação contratual, caracterizando-  
70 se a situação emergencial, que ensejou o processo de dispensa. Esclarece que foi feita ampla pesquisa de mercado, contactando  
71 mais de 10 empresas do ramo, e que a empresa que ofereceu o menor preço era de Goiânia, e alegou necessitar de, no mínimo, 10  
72 dias úteis para se instalar no município e então assumir os serviços, motivo pelo qual, dada a própria emergencialidade, passou-se a  
73 empresa segundo colocada, que assumiu os serviços já no dia seguinte, cessando-se a emergencialidade, dada a natureza  
74 indispensável dos serviços. Conselheiro Alexandre lembra que a Comissão de Análise das Emendas Impositivas já encaminhou  
75 proposta de utilização das emendas, e que a mesma já teve as sugestões do Dr. José William. Pede especial atenção a todos, para  
76 poder dar encaminhamento às tratativas pertinentes. Sr. Douglas Salton, da ATL, cumprimenta o novo Sr. Secretário da Saúde. Relata  
77 que tem familiar internado na Santa Casa, e que há a falta de insumos diversos na unidade. Sra. Lucila, ex-conselheira, relata que  
78 este assunto não é de desconhecimento de ninguém, já tendo sido bastante discutido no Conselho. Sr. Douglas Salton procede com  
79 leitura de documento, onde ressalta ao atual processo eleitoral e as promessas em relação à saúde, as quais não foram  
80 encaminhadas ao Conselho, nem mesmo para consulta ou opinião. Finaliza, após breve explanação da saúde do município,  
81 solicitando autocrítica do Conselho e adoção de postura condizente com sua natureza deliberativa. Conselheiro Milton Sanches diz  
82 que relatou de uma forma generalizada a atuação do Conselho, embora seja pertinente a análise. Diz que, como Conselheiro,  
83 procurou sempre decidir da maneira que entendeu mais pertinente ao interesse da saúde pública do município, evitando-se  
84 cancelar qualquer posicionamento que entenda errado ou equivocado. Conselheira Márcia Niterói lembra que existe composta a

85 Comissão Santa Casa, a qual pode atuar diretamente no assunto pertinente a Santa Casa. Sra. Maria de Jesus diz ter ciência de que  
86 todos os presentes na reunião são, verdadeiramente, defensores do SUS. Relata a grande demanda reprimida existente no  
87 município, inclusive para cirurgias simples, como hérnia. Versa a respeito das dificuldades a que os munícipes ficam sujeitos em  
88 razão da atual situação. Questiona qual é o valor de repasse à FUNSERV pela municipalidade, já que a própria fundação tem  
89 apresentado igual demora nos atendimentos. Versa que, neste período de campanha, os candidatos falam diversas promessas, mas  
90 se esquecem de mencionar como irão operacionalizar isso sem os recursos humanos adequados, sendo que este deveria ser o foco  
91 principal de atenção. Questiona, ainda, por qual motivo se investiu tanto na Santa Casa, e não se cogita em providências para reaver  
92 os recursos repassados e desviados, ainda mais no atual momento de crise. Diz entender que seria mais conveniente ao município  
93 realizar maiores repasses ao Hospital Santa Lucinda, ao invés de manter a estrutura deficitária da Santa Casa. Versa ainda a respeito  
94 da situação da UBS Lopes de Oliveira, que necessita de reparos e ampliação, bem como da situação da UBS Jardim Rodrigo, ainda  
95 não inaugurada. Versa ainda em relação aos Conselhos Locais, que infelizmente encontra-se sem representatividade atual no  
96 Conselho. Fala a respeito do programa Mais Médicos, e que a maioria dos municípios se vê atualmente dependente destes médicos,  
97 face o desinteresse da classe médica pelo setor público. Solicita pauta específica deste assunto. O Sr. Presidente do Conselho e  
98 também Secretário de Saúde, Aílton Ribeiro, faz breve reflexão do histórico do SUS, desde sua criação em 1988, até o presente  
99 momento, e que houve neste período uma total e completa mudança, que se deu através de regulamentações e leis posteriores.  
100 Compromete-se a averiguar o valor de repasse a FUNSERV, e informar posteriormente. Em relação aos repasses a prestadores, em  
101 especial a Santa Casa e ao Santa Lucinda, diz entender que o recurso deve sim ser normalmente repassado, mas que em virtude da  
102 atual crise, ocorrem infelizmente atrasos, sendo honrado sempre da forma mais breve quanto possível. Em relação ao RH, informa  
103 que o assunto de fato é complexo, sugerindo que a Comissão Executiva pautar o assunto para apreciação com mais zelo. Conselheiro  
104 Sr. Eduardo Golob esclarece que a questão dos Conselhos Locais segue normalmente, tal como foi apresentado e aprovado pelo  
105 Conselho, devendo ser publicada a regularização em breve, após observadas todas as necessidades de trâmite interno. Conselheiro  
106 Ronaldo Raszl questiona acerca do Regimento Interno aprovado pelo Conselho, cobrando prazo de publicação do mesmo.  
107 Conselheiro Eduardo Golob relembra que, na própria reunião de aprovação, foi dito pelo Sr. Secretário da época a impossibilidade  
108 de comprometimento com prazos, face o assunto tramitar em outras esferas alheias a autonomia da Secretaria da Saúde. Informa  
109 que há o esforço do governo de se concluir ainda nesta gestão, e se compromete a informar o andamento periodicamente. Em não  
110 havendo novas manifestações ou inscritos em informes e assuntos gerais, passa-se então a apreciação do segundo item da pauta:  
111 Aprovação da ata da última reunião extraordinária, realizada no dia 03 de Agosto de 2016, bem como da ata da última reunião  
112 ordinária, realizada no dia 17 de Agosto de 2016, ambas já devidamente encaminhadas anteriormente aos Srs. Conselheiros.  
113 Conselheiro Eduardo Golob menciona que ambas as atas já foram previamente encaminhadas e passíveis de algumas correções,  
114 alterações e inclusões sugeridas, e que estas foram realizadas e reenviadas a todos os Conselheiros, para ciência. Questiona se ainda  
115 existem pendências ou apontamentos pertinentes e, em não havendo manifestações, coloca as atas em votação, sendo ambas  
116 aprovadas por unanimidade. Em virtude do pedido de inversão de pauta aprovado pela plenária, passa-se então para a apreciação  
117 do quinto item da pauta: Análise e deliberação acerca da criação de comissão temporária de acompanhamento da renegociação da  
118 contratualização do Hospital Santa Lucinda junto à municipalidade. Sra. Regina Menassanch, diretora do Hospital Santa Lucinda, se  
119 apresenta aos conselheiros presentes, e fala a respeito da visão, missão e valores do Hospital. Relata sobre a missão, que é de atuar  
120 como hospital de ensino. Versa sobre a visão, objetivando ser reconhecido nacionalmente como Hospital Amigo da Criança. Expõe  
121 sobre os valores da instituição, sendo estes a ética, humanização, responsabilidade, trabalho em equipe e compromisso  
122 institucional. Fala a respeito da estrutura do Hospital Santa Lucinda, da contratualização e suas respectivas portarias ministeriais e  
123 da contratualização de 2013 com a municipalidade, o qual ainda é vigente até o momento. Explica aos presentes as metas físicas e  
124 qualitativas da referida contratualização. Expõe aos presentes os valores da contratualização, explicitando os componentes pré  
125 fixado e pós fixado, oriundo das fontes de recurso próprio e federal, bem como a quantia repassada pelo Estado. Informa aos  
126 presentes que existe uma comissão de acompanhamento da contratualização, e que os resultados da produção do Hospital são

127 avaliados por essa comissão. Explica que, devido a situação financeira, o HSL fechou 16 leitos gerais, porém atende continua  
128 atendendo ao mínimo de 60% ao SUS. Apresenta produção da média complexidade, com seus valores devidos, e explica a  
129 dificuldade financeira enfrentada pelo Hospital, uma vez que alega que a Prefeitura estava quase há dois meses sem repassar o valor  
130 financeiro. Relata, porém, que hoje houve o pagamento de uma parcela dessa dívida. Lamenta a crise nacional, a qual infelizmente  
131 atingiu a todos. Expõe aos presentes a portaria nº 2.617, de 01 de Novembro de 2015, a qual estabelece o repasse federal até o 5º  
132 dia útil, ressaltando que a Prefeitura não vem cumprindo este prazo. Agradece a atenção de todos, e finaliza sua apresentação  
133 colocando-se a disposição para dirimir eventuais dúvidas. Conselheiro José William questiona sobre o repasse da verba, e se sua  
134 origem é de recurso federal, estadual ou própria municipal, bem como quais os seus valores. Sra. Regina explica que o repasse  
135 federal é da ordem de R\$ 2.000.000,00, sendo R\$ 800.000,00 de recurso próprio municipal. Explica, ainda, que o HSL, juntamente  
136 com a Fundação São Paulo, recebem recursos de várias fontes, e que até o momento esses repasses conseguiram suprir o déficit  
137 financeiro que o Hospital Santa Lucinda tem em razão dos atrasos de repasses da Prefeitura Municipal de Sorocaba. Conselheiro Luiz  
138 Fernando Seidl propõe que a comissão não seja temporária, e sim definitiva, e que esta comissão acompanhe todas as  
139 contratualizações. Coloca-se em votação a sugestão do Conselheiro Luiz Fernando Seidl, sendo a mesma aprovada. Questiona-se  
140 quem são os conselheiros interessados em participar da referida comissão, apresentando-se os seguintes conselheiros: Alexandre;  
141 Milton Sanches; José William; Antonio Sergio, Adenilson. Colocada em votação, a comissão é aprovada por unanimidade. Passa-se  
142 então a apreciação, em retorno, do terceiro item da pauta: Apresentação e aprovação da prestação de contas da Secretaria  
143 Municipal de Saúde de Sorocaba, pertinente ao realizado no 2.º quadrimestre de 2016. O Presidente do Conselho, Aílton Ribeiro,  
144 solicita que o Vice-Presidente e Secretário-Executivo do Conselho, Conselheiro Eduardo Golob, possa realizar os esclarecimentos  
145 necessários aos requisitos pertinentes a prestação de contas quadrimestral. Conselheiro Eduardo Golob lembra a todos que esta é a  
146 primeira oportunidade em que muitos dos novos conselheiros recém nomeados para composição dos representantes de segmentos  
147 eliminados irão analisar a prestação de contas quadrimestral da Secretaria da Saúde. Fala que, por este motivo, entende pertinente  
148 realizar uma breve apresentação acerca da legislação e dos critérios que norteiam a análise da prestação de contas quadrimestral.  
149 Versa a respeito da Lei de Criação do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, e informa ainda que, dentre as atribuições legais  
150 inerentes ao Conselho Municipal de Saúde, cabe a este fiscalizar as ações do gestor do SUS no município, além de apreciar e  
151 deliberar acerca das formais prestações de contas da Secretaria Municipal de Saúde, as quais são apresentadas quadrimestralmente,  
152 conforme periodicidade determinada pelo Artigo 12 da Lei 8.689/93, com nova redação dada pelo Artigo 36, “caput”, da Lei  
153 Complementar 141/2012. Informa também que cabe ao gestor elaborar esta prestação de contas quadrimestral conforme diretrizes  
154 estabelecidas pelo Artigo 36, em seus incisos I, II e III, da Lei Complementar 141/2012, bem como inciso X da Quarta Diretriz da  
155 Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, as quais preconizam que a apresentação contemplará, no mínimo, as seguintes  
156 informações: I – Montante e fonte dos recursos aplicados no período; II – Auditorias realizadas: iniciadas, concluídas ou ainda em  
157 execução no período; III – Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, com os  
158 dados indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. Versa ainda que, de acordo com informações contidas em  
159 Cartilha do Tribunal de Contas de União denominada Orientações a Conselheiros de Saúde (Brasília, 2010 – www.tcu.gov.br), bem  
160 como em entendimentos do Conselho Nacional de Saúde e, conjuntamente e mais especificamente com a questão em si, de acordo  
161 com a Nota Técnica nº 228, de 03 de Dezembro de 2014, do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo, existem certos critérios que  
162 devem ser analisados pelos Conselheiros Municipais de Saúde quando da apreciação de um relatório quadrimestral de prestação de  
163 contas. Informa a todos que, de acordo com as normas citadas e regulamentadores da prestação de contas, são entendidas como  
164 objeto de análise pormenorizada as possíveis causas que podem vir a ensejar a rejeição da prestação de contas: Não cumprimento  
165 de prazos legais formalmente estabelecidos; Falhas contábeis constatadas no relatório financeiro, sem a devida justificativa; Ações e  
166 serviços de saúde inexistentes mencionados nos indicadores do relatório; Repasses financeiros efetuados em desacordo com as  
167 normas legais vigentes; Desequilíbrio orçamentário que resulte em restos a pagar sem disponibilidade de caixa; Não atingimento do  
168 mínimo constitucional a ser aplicado em Saúde, ao final do exercício financeiro anual; Ausência de recolhimento de encargos, em

169 regime geral ou regime próprio de previdência; Conjunto significativo de irregularidades relevantes que demonstrem uma execução  
170 orçamentária e financeira inequivocamente de péssima qualidade e gestão. Realizado estes pertinentes esclarecimentos, sobretudo  
171 em respeito aos novos conselheiros, o Sr. Presidente do Conselho e também Secretário de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, solicita que  
172 a Sra. Cláudia Madureira, Diretora de Área da Secretaria da Saúde, inicie a todos a apresentação pertinente a produção da Secretaria  
173 da Saúde, no período do 2.º quadrimestre de 2016. A Diretora de Área da Secretaria da Saúde, Sra. Cláudia Madureira, passa a expor  
174 a produção da Secretaria da Saúde no período do 1º quadrimestre de 2016. Inicia a sua apresentação demonstrando a atual  
175 população de Sorocaba, que conta com 644.917 habitantes, conforme Projeção do IBGE. Elenca os próprios municipais, separados  
176 por região, com informação do número do CNES de cada próprio de saúde. Demonstra mapa do município, com divisão por região, e  
177 a população de cada uma das regiões. Expõe a relação de prestadores, também com a informação do número do CNES de cada  
178 prestador. Passa a expor as auditorias, em andamento e encerradas, com suas finalidades e recomendações, bem como suas  
179 fiscalizações e visitas técnicas realizadas pelo setor de Auditoria da Secretaria da Saúde, demonstrando as encerradas, separadas por  
180 entidade realizada, cada qual elencando o objeto e a finalidade da mesma, individualmente, bem como seu encaminhamento.  
181 Lembra que todas as auditorias já foram encaminhadas, em sua íntegra, com antecedência para a leitura e ciência de todos os  
182 Conselheiros. Demonstra o número de consultas médicas na atenção básica, separadas por especialidade, e consultas médicas de  
183 atenção especializada e de urgência e emergência. Demonstra os números de atendimentos de enfermagem nos próprios  
184 municipais, separados por atenção básica, atenção especializada e urgência e emergência. Apresenta os números de procedimentos  
185 odontológicos, separados por atenção básica, especializada, urgência e emergência. Passa a expor os números de consultas  
186 multiprofissionais das demais categorias profissionais da saúde. Passa a expor os números de investigação diagnóstica, separados  
187 por procedimentos realizados. Apresenta internações hospitalares, separadas por cirúrgica, clínica, pediátricas e obstétricas.  
188 Demonstra os atendimentos realizados pela Saúde Mental do município, incluindo atendimentos de seus próprios pertinentes, e a  
189 taxa de leitos psiquiátricos, bem como o número de pacientes desinstitucionalizados. Mostra os atendimentos realizados pelas  
190 unidades móveis, separados por procedimentos e consultas médicas e de enfermagem. Mostra a situação dos residentes da área de  
191 educação em saúde, bem como as classes e os atendimentos multiprofissionais. Expõe os dados do programa recém-nascidos de  
192 risco, bem como os números referentes ao Programa DST/AIDS, sobre a vigilância da transmissão vertical do HIV e Sífilis, separados  
193 por gestantes testadas HIV e sífilis, gestantes HIV que iniciaram o pré-natal, gestante sífilis que iniciaram o pré-natal e buscas ativas  
194 de gestantes HIV e sífilis. Passa a expor os números do CTA, com número de exames de teste rápido realizados na Campanha do  
195 Fique Sabendo e o número de testes rápidos, para HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C. Expõe os dados do Programa da Tuberculose e  
196 também da Hanseníase, demonstrando individualmente para cada programa o número de casos novos, altas, abandonos, óbitos e  
197 tratamentos. Passa a expor os dados do Programa de Atenção Domiciliar, com atendimentos por especialidades, e o número de  
198 pacientes inscritos. Passa a demonstrar, detalhadamente, os dados da Vigilância em Saúde, com todas as suas ações e números  
199 pertinentes, seguindo com os dados da Zoonoses, com número de visitas domiciliares. Demonstra os dados da Vigilância  
200 Epidemiológica, suas ações e indicadores, bem como vacinas. Dá continuidade apresentando os números da Vigilância Sanitária,  
201 demonstrando todas as ações e os números, bem como os resultados do programa “Pró-Água”. Expõe o realizado no período pelo  
202 CEREST, com a demonstração das ações realizadas. Finaliza a apresentação agradecendo a atenção de todos, e passa a palavra para o  
203 Sr. Presidente do Conselho e Secretário da Saúde, Aílton Ribeiro, o qual dá início a apresentação da parte financeira da Secretaria da  
204 Saúde, pertinente ao realizado no 2º quadrimestre de 2016. Sr. Aílton passa a apresentar o demonstrativo do cálculo do limite  
205 constitucional para aplicação em saúde, conforme receitas e transferências. Expõe os dados pertinentes aos repasses, aplicações e  
206 aos rendimentos, separados por recurso próprio, repasse do Governo Estadual e do Governo Federal, estipulando ainda o  
207 comparativo da aplicação do mínimo constitucional, que é de 15%, e que no primeiro quadrimestre representou 28,88%. Apresenta  
208 o orçamento, tanto da Secretaria da Saúde, quanto da Comissão de Gestão de Emergência (Santa Casa), separadamente, separados  
209 por orçado e pago, bem como sua porcentagem frente a dotação do ano de 2016, com exibição posterior de gráfico ilustrativo, para  
210 melhor visualização. Passa a expor a execução orçamentária, demonstrando o bloco de folha de pagamento e mais encargos, de

211 fonte de recursos próprias do tesouro municipal, expondo o orçado, empenhado e já pago no primeiro quadrimestre de 2016, com  
212 igual comparativo em gráfico, para melhor ilustração. Expõe a execução orçamentária de recurso próprio para materiais de  
213 consumo, prestação de serviços e aquisição de equipamentos e permanentes, versando sobre o já empenhado e efetivamente pago  
214 no período. Demonstra, em separado, os valores propostos de emendas impositivas, demonstrando de igual forma o empenhado e  
215 pago no período, bem como indicando sua destinação. Passa a expor os dados referentes aos blocos de financiamento de recursos  
216 estaduais, no que diz respeito ao bloco municipalização da saúde e programa de diabetes, demonstrando o empenhado e o pago no  
217 período. De igual forma, demonstra os blocos que compõem os repasses de recurso federal, separados por blocos de atenção  
218 farmacêutica, atenção básica, gestão sus, média e alta complexidade e vigilância em saúde, expondo para cada qual,  
219 separadamente, o valor empenhado e já pago no período. Demonstra, na mesma linha, os recursos municipais, estaduais e federais  
220 que compõe o financiamento da CGE – Comissão de Gestão de Emergência, para gestão da Santa Casa, separados por bloco de  
221 média e alta complexidade (federal), recurso próprio (municipal), hospital estratégico (estadual), oncologia (estadual) e pró-santa  
222 casa (estadual), separados individualmente, com o valor empenhado e já pago no período. Agradece a atenção de todos e coloca-se  
223 a disposição, junto com a Sra. Cláudia Madureira e toda equipe técnica da SES, para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos  
224 pertinentes a Prestação de Contas. A mediadora, Conselheira Márcia Niterói, abre inscrições para dúvidas e esclarecimentos.  
225 Conselheiro Adenilson, questiona se o valor da dívida do Hospital Santa Lucinda e do GPACI está incluso no orçamento para ser  
226 executado até o final do ano, sendo respondido afirmativamente pelo Sr. Secretário da Saúde, que esclarece que há projeção neste  
227 sentido. Conselheiro Alexandre relembra que havia sido combinado que a Comissão de Orçamento e Finanças se reunisse, no  
228 mínimo, mensalmente para análise gradativa da prestação de contas, o que não foi realizado. Ressalta que a Secretaria está  
229 cumprindo a lei, no entanto, em virtude de maiores detalhes, não se sente a vontade de aprovar as contas. Conselheiro Luiz  
230 Fernando Seidl corrobora do entendimento do Conselheiro Alexandre. Questiona, ainda, a respeito dos quantitativos de exames  
231 laboratoriais, que representou um crescimento significativo em relação ao primeiro quadrimestre. Questiona ainda o motivo pelo  
232 qual o número de atendimento do Ônibus Rosa apresentou queda. Questiona, também, se os cursos promovidos pela Secretaria  
233 podem ser também aberto a participação dos Conselheiros. Questiona, por fim, a respeito da situação das emendas impositivas, e  
234 por qual motivo o valor utilizado é bem menor do que o disponível em orçamento. Sra. Cláudia Madureira explica a respeito dos  
235 exames laboratoriais, e que o aumento representa o processamento dos dados efetuados pelo prestador, que por disposição legal,  
236 tem até 04 meses para faturar os mesmos. Em relação ao Ônibus Rosa, esclarece que por vezes a unidade atende especificamente  
237 alguma unidade, tal como ocorreu no Hospital Vera Cruz, representando a queda do atendimento. Sr. Diego, da Área de Educação  
238 em Saúde, explica que não há nenhum impedimento, e que a partir de então será dada ciência aos conselheiros no que pertinente.  
239 Conselheiro Luiz Fernando solicita que os conselheiros sejam então formalmente informados. O Presidente do Conselho e também  
240 Secretário da Saúde, Aílton Ribeiro, esclarece que a figura jurídica das emendas impositivas é nova na municipalidade, e que em  
241 razão disto, necessita de melhor regulamentação no sentido da revisão técnica das emendas e dê sequência naquilo que se mostrar  
242 possível e viável. Conselheiro Dr. José William chama a atenção pra diminuição do atendimento, especialmente nas consultas da  
243 atenção básica. Questiona se isso se deu por razão da ausência de recursos humanos, ou algum outro motivo. Versa sobre a  
244 notificação compulsória dos acidentes de trabalho, e por qual motivo houve o acréscimo. Questiona acerca da lei das emendas  
245 impositivas, e se esta se deu realmente neste ano. O Presidente do Conselho e também Secretário da Saúde, Aílton Ribeiro,  
246 esclarece que as emendas impositivas são realmente uma emenda a lei orgânica do município, sendo o primeiro ano de sua efetiva  
247 aplicação. Dra. Ana Paula Vallilo, coordenadora de Odonto do município, ressalta que, no que diz respeito as consultas  
248 odontológicas, houve realmente a diminuição em razão de aposentadoria e falecimentos de alguns profissionais, além da  
249 readequação dos horários dos plantões. Chama a atenção que, mesmo com esse cenário, foi realizado mais procedimentos do que a  
250 série histórica, otimizando então a gestão, mesmo frente às dificuldades. Conselheiro Dr. José William fala que o aumento de  
251 produção não significa necessariamente amior acesso aos serviços, considerando que certamente houve diminuição em razão do  
252 menor número de RH. Sra. Fernanda Boécio, coordenadora do CEREST, explica que o número de notificações aumentou em razão da

253 sensibilização dos serviços particulares, mediante um trabalho junto com a Vigilância do município, no sentido de notificar todos os  
254 atendimentos que se realizassem, coisa que antes não ocorria até então. Conselheiro Milton Sanches questiona se existe a  
255 informação da data de início de cada auditoria, sendo esclarecido pelo Conselheiro Eduardo Golob, de que as mesmas foram  
256 encaminhadas na íntegra a todos os conselheiros, e lá constam as datas. Conselheiro Milton Sanches diz que, tal como já dito pelo  
257 Conselheiro Alexandro, não houve reuniões anteriores que propiciassem mais aprofundamento na análise dos dados, embora não  
258 seja exigência legal. Diz, ainda, que vê com preocupação o fato de que o pagamento atrasado ao Hospital Santa Lucinda tenha  
259 ocorrido coincidentemente na mesma data da apresentação da prestação de contas. Sra. Lucila, ex-conselheira de saúde, diz-se  
260 preocupada com o aumento dos casos de sífilis, conforme demonstrado na apresentação. Encerrados os esclarecimentos, a  
261 mediadora Conselheira Márcia Niterói, solicita que o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, a qual analisou com  
262 antecedência a prestação de contas da Secretaria, possa realizar a leitura da Ata pertinente da referida Comissão, a qual já foi  
263 encaminhada com antecedência a todos os conselheiros. Conselheiro Zanzarini informa que os membros da Comissão e também da  
264 Comissão Executiva foram convidados a participar da reunião. Revela que somente ele próprio e o Conselheiro José William  
265 compareceram em representatividade da Comissão de Orçamento e Finanças, e que o Sr. Presidente do Conselho, Aílton Ribeiro, em  
266 representatividade da Comissão Executiva. Informa que houve análise da apresentação, discussão e esclarecimentos, se mostrando  
267 uma reunião longa. Realiza a leitura da ata, onde esclarece que a Comissão de Orçamento e Finanças ficou em impasse, haja vista  
268 que os dois Conselheiros presentes e integrantes da referida comissão declararam seus votos e os mesmos foram divergentes, sendo  
269 um pela reprovação e outro pela aprovação. Sendo assim os Conselheiros solicitaram que fosse constado em Ata a justificativa de  
270 seus votos, como segue: O Conselheiro José William Leite de Oliveira votou pela reprovação da Prestação de Contas com a seguinte  
271 justificativa: “Reprovo a prestação de contas da secretaria de saúde apesar de por lei o município estar investindo acima de 15 % de  
272 sua arrecadação. Considerei na minha avaliação que a somatória desses recursos municipais junto com os repasses federais e  
273 estaduais são insuficientes para garantir acesso e qualidade de atendimento do nosso município . Reporto que prestação de contas  
274 não é apenas uma avaliação contábil e matemática, acrescente-se a isso ,qualidade , demandas reprimidas , acesso , etc...”. O  
275 conselheiro Luís Cláudio Zanzarini concordou com o Conselheiro José William quando se trata de que os recursos federais e  
276 estaduais são insuficientes e atrasados, e concordou também que devíamos como conselheiros manifestar repúdio para com  
277 aqueles que deveriam fiscalizar ou cobrar os repasses, porém, aprova a prestação de contas, pois entende que a prestação é um ato  
278 técnico e é regido por normas e leis. Diz que, de acordo com a lei complementar 141 de 2012, em seu artigo 36, determina o que  
279 segue: “O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual  
280 conterá, no mínimo, as seguintes informações: I - montante e fonte dos recursos aplicados no período; II - auditorias realizadas ou  
281 em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; II - oferta e produção de serviços públicos na rede  
282 assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de  
283 atuação. Portanto, por entender que a Secretaria da Saúde cumpriu com sua obrigação legal, manifesta-se favorável a aprovação.  
284 Revela ainda que, durante a reunião conjunta das comissões, o representante da Comissão Executiva, qual seja, o Sr. Presidente do  
285 Conselho e também Secretário Municipal da Saúde, Sr. Aílton Ribeiro, entendeu ainda pela aprovação da prestação de contas,  
286 corroborando o entendimento do Conselheiro Zanzarini, e tendo em vista que a prestação de contas cumpriu e observou todas as  
287 determinações legais, não havendo motivos técnicos para a reprova. Encerra-se a leitura da ata. O Sr. Presidente do Conselho e  
288 também Secretário Municipal da Saúde, Sr. Aílton Ribeiro, em razão da justificativa de reprovação dada pelo Conselheiro José  
289 William, pede licença para rapidamente exibir a série histórica, tanto financeira, como de produção, da Secretaria da Saúde,  
290 comparativamente do ano de 2012 até o ano de 2015, último já encerrado, demonstrando que houve constante aporte financeiro  
291 na saúde, bem como com o pertinente acréscimo da oferta e produção de serviços, que representaram aumento na mesma  
292 proporção, comparativamente. Demonstra, por fim, os dados da mortalidade infantil, que de 2012 a 2015, representaram queda.  
293 Portanto, entende que houve sim constante aumento na oferta e produção de serviços, consoante com o aumento do  
294 financiamento. Conselheiro José William entende que os valores no período não são suficientes. Diz que os R\$ 150.000.000,00 de

295 aporte frente ao irrisório aumento do número de consultas, se comparados pelos períodos dos anos, não representam aumento  
296 significativo do número atual de consultas, conforme quadro apresentado pelo Sr. Secretário da Saúde. Chama a atenção para o  
297 exposto no Artigo 36, da lei Complementar 141/2012, que trata da oferta e produção dos serviços públicos, e que estes continuam  
298 estagnados ou até mesmo diminuindo, como no caso das consultas odontológicas, apesar do acréscimo de investimento da ordem  
299 de R\$ 150.000.000,00 já demonstrados. Conselheiro Alexandro corrobora do entendimento do Conselheiro Dr. José William.  
300 Lembra ainda o aumento da inflação e aumento da população, sendo corroborado pelo Conselheiro Luiz Fernando Seidl. o Sr.  
301 Presidente do Conselho e também Secretário Municipal da Saúde, Sr. Aílton Ribeiro, lembra que este é apenas um extrato de  
302 amostragem, e não representa o todo, devendo ser considerado em seu aspecto macro, com todo o aumento da rede de  
303 atendimento, composição de equipes de saúde da família, distribuição de medicamentos, dentre outros. Sra. Deise, da equipe  
304 técnica da SES, diz entender que, do demonstrado, o mais relevante é a queda da morbidade, o que demonstra a efetividade da  
305 gestão. Passa-se então ao regime de votação da prestação de contas. Conselheiro Aílton Ribeiro vota pela aprovação da prestação de  
306 contas. Justifica seu voto alegando que a prestação cumpriu todos os requisitos legais, corroborando todo o já explanado.  
307 Conselheira Nanci Quevedo vota pela aprovação da prestação de contas. Justifica seu voto alegando que não vê nenhum  
308 impedimento que embase a reprova das contas, sendo que suas eventuais dúvidas foram esclarecidas na discussão. Diante da  
309 ausência de formal indicação de representantes do Conjunto Hospitalar de Sorocaba, o segmento deixa de votar. Conselheiro  
310 Ricardo Diacov vota pela aprovação da prestação de contas. Justifica seu voto alegando que a prestação cumpriu ao aspecto técnico  
311 e legal. Conselheiro Celso Fattori vota pela aprovação da prestação de contas, sem declaração de seu voto. Conselheira Sílvia  
312 Stramm vota pela reprovação da prestação de contas. Justifica seu voto corroborando entendimento do Conselheiro José William.  
313 Conselheiro José William vota pela reprovação da prestação de contas. Justifica seu voto reiterando o mesmo teor já anteriormente  
314 alegado. Conselheiro Antonio Sérgio Ismael vota pela reprovação da prestação de contas, sem declaração de seu voto. Conselheiro  
315 Alexandro vota pela reprovação da prestação de contas. Justifica seu voto reiterando todo o já alegado por ele próprio, quanto pelo  
316 Conselheiro José William. Diante da ausência de formal indicação de representantes das demais áreas dos funcionários públicos  
317 municipais de Sorocaba, o segmento deixa de votar. Conselheiro Luiz Fernando Seidl vota pela reprovação da prestação de contas.  
318 Justifica seu voto alegando todos os motivos dos que já se manifestaram contrários. Conselheiro Milton Sanches vota pela  
319 reprovação da prestação de contas. Justifica seu voto alegando que, diante da declaração da Comissão de Orçamento e Finanças não  
320 ter sentido segurança para recomendar a aprovação, reprova a mesma. Conselheiro Adenilson Medeiros vota pela reprovação da  
321 prestação de contas. Justifica seu voto alegando que não se sente seguro para aprovar. Conselheiro Antonio Sérgio vota pela  
322 reprovação da prestação de contas. Justifica seu voto alegando que faltaram maiores detalhes e esclarecimentos, tal como já  
323 exarado por todos. Conselheiro Ronaldo Raszl vota pela abstenção da prestação de contas, sem declaração de voto. Conselheiro  
324 Carlos Roberto, chamado por duas oportunidades pela Mesa Diretora e restando ausente no plenário no referido momento da  
325 votação, deixa de votar pelo segmento. Conselheira Márcia Niterói vota pela abstenção da prestação de contas, sem declaração de  
326 voto. Conselheiro Aline Leonel vota pela aprovação da prestação de contas. Justifica seu voto alegando que não restaram dúvidas na  
327 apresentação. Conselheira Denise Bernal vota pela abstenção da prestação de contas, sem declaração de voto. Conselheiro Álvaro  
328 Ciomak vota pela aprovação da prestação de contas, sem declaração de voto. Diante da ausência de formal indicação de  
329 representantes dos Sindicatos Patronais, o segmento deixa de votar. Conselheira Renata Bartilotti vota pela aprovação, com  
330 ressalvas, da prestação de contas. Deixa consignado que os números poderiam ser mais relativos. Conselheira Aline Coelho vota pela  
331 aprovação da prestação de contas, sem declaração de voto. Diante da ausência de formal indicação de representantes dos usuários  
332 dos Conselhos Locais das Unidades Básicas de Saúde, o segmento deixa de votar. Desta forma, restando finalizada a votação, aferiu-  
333 se que se obteve 08 votos favoráveis a aprovação da prestação de contas, com 03 abstenções de voto, e outros 08 votos de reprova  
334 da prestação de contas. Dada a situação, passa-se ao voto de minerva do Sr. Presidente, nos devidos termos regimentais. O Sr.  
335 Presidente do Conselho e também Secretário Municipal da Saúde, Sr. Aílton Ribeiro, vota então pela aprovação da prestação de  
336 contas. Finalizado o regime de votação e computado aos votos o voto de minerva do Sr. Presidente, resta então aprovada a



337 prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba, pertinente ao realizado no período do 2.º quadrimestre de 2016,  
338 por 09 votos favoráveis a aprovação da prestação de contas, com 03 abstenções, e 08 votos de reprova da prestação de contas.  
339 Passa-se então para a apreciação do quarto item da pauta: Apresentação e validação da justificativa formal da municipalidade acerca  
340 da alteração do endereço da UBS Cajuru, visando a obtenção do recebimento da 2.ª parcela do financiamento pelo Ministério da  
341 Saúde. Conselheiro Eduardo Golob relembra que a justificativa formal da alteração do local da UBS Cajuru já foi encaminhada com  
342 antecedência a todos os conselheiros, cumprindo-se agora a formalidade. Procede com a leitura da justificativa técnica do setor  
343 competente da Prefeitura Municipal, para formalização da validação e ciência junto ao Conselho Municipal de Saúde. Questiona-se  
344 se algum conselheiro tem alguma dúvida a respeito do assunto, ou se gostaria de fazer alguma colocação, não havendo  
345 manifestação, dada desta forma a validação e ciência do documento junto ao órgão. E, às 23h20min, como nada mais foi  
346 acrescentado à reunião, eu, Conselheiro Eduardo Golob que secretariei a presente reunião, Sr. Aílton Ribeiro que a presidiu, e  
347 membros da Comissão Executiva que integraram a Mesa Diretora dos trabalhos, com mediação da Conselheira Márcia Niterói,  
348 demos a presente reunião por encerrada.